

PRÉ-HISTÓRIA E HISTÓRIA

Vicente Giancotti Tassone

da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Este trabalho é uma reflexão crítica relativa a alguns problemas gerados pela investigação Pré-histórica. Com e'e, pretende-se contribuir a sua crítica epistemológica e, metodológica, fundamentalmente, ao problema do "status" da Pré-história em relação a uma ciência que, tradicionalmente, a ela se associa: a História. O problema é ainda sumamente importante no Brasil, onde a Pré-História não conseguiu constituir-se numa disciplina autônoma, pois a maioria dos trabalhos ainda não atingiu nível razoável de autenticidade, o que vale dizer, não são assentados sobre elaboração sistemática de dados com metodologia estabelecida, fixa e constante. Do mesmo modo a Pré-História, esquematicamente, encontra-se ainda na etapa de apontamentos empíricos e as interpretações dos mesmos são de caráter subjetivo; pretendem-se "históricas" no sentido da projeção — em — quase todos os casos — até o passado de estruturas etnológicas-linguísticas. A partir dessa situação, a indecisão metodológica é evidente; e não se sabe ao certo se, em última instância, uma vaga "reconstrução" da Etno-história serve para interpretar dados arqueológicos próprios da Pré-História ou se por outro lado, esses mesmos dados servem para a reconstrução do passado das populações etnográficas.

Parece-me existir cinco temas maiores dentro da Pré-História que devem ser analisados profundamente, e comparados, tanto em sua formulação quanto em seu conteúdo específico (arqueológico), com os temas dos quais se orienta a História, e, mais extensamente a Antropologia e a Etnologia.

Resumidamente seriam :

- (I) Qual é o valor das hipóteses cronológicas propostas a partir dos materiais arqueológicos e sua situação contextual (estratigráfica);
- (II) O sentido que pode ter a consideração da gênese das "culturas" pré-históricas numa ótica difusionista;
- (III) O status que podem ter as denominações de "cultura" e civilização para a Pré-história;
- (IV) O problema da mudança "cultural" a nível de Pré-história;
- (V) O valor das "explicações" na Pré-história.

Analizemos cada um destes "temas" no sentido do que podem representar para o pré-historiador e, comparando-se com que eles representam em termos genéricos ou em sentido restrito, para o historiador e o antropólogo:

(I) Normalmente, os arqueólogos fazem distinção entre Cronologia Relativa e Cronologia Absoluta. A última é, na realidade, a simples atribuição de uma data em anos a um determinado material arqueológico. Muitos autores pensam que essas cronologias "pré-históricas", de materiais arqueológicos, colocam nossa disciplina num esquema histórico, e conseqüentemente falam de "acontecimento", e de "relações" entre eles. Desde a época de O. Menghin, seguindo-se por seus discípulos como V. Milojicic, até as formulações últimas de B. Soudsky com o apoio da ciência física moderna em matéria de datações, sempre se pensou que, bem ou mal, nossos conceitos cronológicos eram válidos e não poderíamos questioná-los. Poder-se-ia, isso sim, duvidar da datação de um "objeto" ou de um acontecimento, mas não da técnica, método e estrutura geral da datação em Arqueologia Pré-histórica.

Na realidade este raciocínio introduz enganosamente duas afirmações:

- a) a que atribui ao conceito de datação na Pré-história, às mesmas características que tem na História,
- b) a que se cria pelo fato de não estabelecer devidamente que a Pré-história nada data, ao invés do que sucede na História.

Poucos autores consideram que toda datação Pré-histórica é relativa, ainda que esta relativamente possua graus e hierarquias. É evidente a relatividade existente, quando se data diretamente um objeto arqueológico por algum método físico, (dentro-cronologia, termo-luminiscência, magnetismo remanescente à difração de raios, etc.): é distinta daquela que se estabelece quando se data um contexto dentro do qual aparecem os materiais arqueológicos, e um segundo passo do discurso lógico, conclui-se que estes últimos **devem** ter a mesma antiguidade do contexto em questão.

Na História "ser datado" ou "datar" um acontecimento, é um atributo do mesmo, que pode estar ou não presente. Disso se origina, por sua vez, um fato importante: a sucessão de acontecimentos é um universo autônomo, que se impõe, na maioria dos casos, ao investigador, como estrutura de um universo de dados empíricos.

Na Pré-história a sucessão é diferente. Em primeiro lugar, toda datação nesse campo possui características estatísticas. O problema é metodologicamente complexo, e é surpreendente como o pré-historiador o toma com ligeireza. É evidente que, no melhor dos casos, chega-se a datar diretamente um objeto. Mas se está longe com isso de se haver datado um acontecimento histórico; primordialmente, porque esse objeto para o pré-historiador não possui História, senão simples existência dentro de uma camada de solo ou geológica segundo os casos.

O acontecimento histórico, é "datado" estatisticamente, vale dizer, pelo universo de datações obtidas e retidas para todos os objetos referíveis ao mesmo acontecimento histórico. Querendo reter uma data para esse acontecimento, a única plausível será a média das datações e os limites de confiabilidade ficarão definidos grosseiramente pelo "desvio padrão" das medidas. E isto, no caso que se tenham datas obtidas por métodos físicos vulgarmente chamado "datações absolutas", está muito próximo do conceito cronológico do geólogo estratigráfico.

O que dizer com respeito ao conceito de sucessão? Na História, a sucessão existe porque existem os acontecimentos; em outros termos, todo acontecimento é sempre referível a um momento anterior e posterior, os três termos aparecendo em relações causais, que pouco interessa aqui, mas que sempre são selecionáveis segundo o sujeito. Na Pré-História tem-se uma sucessão espacial de objetos, e aqui devemos propor uma hipótese que do ponto de vista epistemológico é importante: supomos que a sucessão do material arqueológico nas camadas escavadas conservam um isomorfismo com respeito ao tempo (em consequência, a sucessão), de sua deposição. Sem obstáculo, a coisa não é mais válida quando com duas unidades de sucessão (de sítios) se quer fazer uma só, ou seja, realizar o que vulgarmente se chama "estudo comparativo" da cronologia de dois sítios. O estudo é possível, mas somente a nível de tipos de objetos e não da sucessão temporal. É certo que existem aproximações, se por exemplo se há encontrado material arqueológico em níveis pleistocênicos e outro em níveis holocênicos, pode-se considerar — depois de demonstrações que esses objetos nunca foram removidos de suas posições e que os últimos, depositos nessas capas pertencem a épocas distintas. Mais problemático que esse caso — exemplo talvez grosseiro — seria intercalar datações obtidas para os objetos e para as camadas, afim de realizar uma série única. Mas aparecem então os problemas: devemos tomar as datações uma a uma ou a média? O que se passa, por exemplo, para séries de uma jazida que tem desvios-padrão "standard" grandes e para outra pequenos? Estaríamos autorizados nesse caso a unificar as duas séries de materiais?

Apresentamos alguns problemas para reflexão, relativamente ao ponto I, que de todos, sem dúvida, sendo o mais técnico, é em consequência aquele que pode ter soluções satisfatórias.

Como conclusão diremos que dentro das "Ciências Humanas", nos deparamos com três espécies de tempos, não **comutáveis** entre eles:

- 1) O tempo estatístico da Pré-História;
- 2) O tempo sequencial de acontecimentos idealmente fixados em todas as partes (quando é possível) por um referencial constante e de caráter ecumênico da História;
- 3) O tempo do antropólogo, que é essencialmente aquele de caráter mítico e que constitui um quadro a tomar em conta para uma certa forma de reconstrução do passado pela sucessão de fragmentos estruturais de uma maneira coletiva; não tem em conta nem a sucessão espacial de objetos, nem a sucessão de acontecimentos em relação a um referencial constante.

O difusionismo, no sentido que se pretende aqui, continua sendo um problema preocupante, ainda que estejamos muito longe de suas épocas de florescimento, nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Todavia existe uma ativa escola histórico-cultural que se agrupa em torno da revista "Anthropos" e, em certo sentido, muitos antropólogos e arqueólogos americanos professam e seguem agarrados aos velhos esquemas difusionistas de F. Boas e seus imediatos sucessores. É necessário ainda observar que o difusionismo de Boas era muito distinto ao da escola histórico-cultural e seus traços bem mais aceitáveis. Em certo sentido, o difusionismo foi um reflexo de uma história muito diminuta de seu conteúdo na Antropologia e a Pré-História.

O primeiro problema fundamental a respeito é que o pré-historiador está na presença de produtos materiais finais, de grupos com níveis tecnológicos básicos em contextos culturais onde é literalmente impossível definir o próprio do "prestado" por simples análise diferencial da tecnologia. Em tais condições, o arqueólogo so-

mente pode analisar um grupo de produtos técnicos fazendo referências à existência de ou inexistência de uma lista de atributos — em sua grande maioria referíveis a um espaço métrico ou ultramétrico — e eventualmente aos gestos técnicos que poderão tê-los originados repetindo e experimentando o comportamento provável do indivíduo que fabricou tais objetos. Orientado assim, em primeira instância, o problema da questão "difusionista" permaneceria visto da seguinte maneira: dois objetos ou conjunto de objetos que tenham sido encontrados em dois sítios diversos que se demonstraram situados numa escala cronológica na qual um sucede ao outro, mas suficientemente próximos, contíguos, e com uma relação genética e técnica entre si. Aí há uma posição extrema que se pretende, em última instância, situar como um procedimento do qual se usa e abusa na pré-história: a análise das analogias, termina quase sempre numa ótica difusionista abusiva, mesmo nos investigadores que em princípio não são participantes de tais correntes. É que as analogias não são índices; a *fortiori* são provas de uma relação qualquer entre estes. Em consequência, menos se pode dizer sobre os processos dinâmicos de transmissão de caracteres culturais globais, entre os quais deve se incluir necessariamente todo empréstimo da cultura material. As conclusões relativas ao problema da difusão são por demais evidentes; seria conveniente que os defensores dessa filosofia particular, aqui reptados se justificassem. Pelo menos dois pontos merecem sua especial atenção.

- 1.º — Considerar a Pré-história em termos de difusão e conseqüentemente darmos a falsa impressão de um pensamento histórico — é impossível, já que a mesma difusão é indemonstrável — em termos de pré-história, — ou seja, não pode ser confirmada como hipótese.
- 2.º — A "difusão" não é método sob nenhum ponto de vista, senão uma posição filosófica a priori; em consequência não traduz uma verdadeira compreensão dos fenômenos, sobre os quais em muitos casos, postula aprioristicamente.

Sem obstáculos o pré-historiador quer comparar e isso é legítimo. É uma forma da compreensão, mas nessa situação aos processos de gêneses gebráicos, utilizando-se qualquer dos modelos causais tão adotados atualmente entre os sociólogos e, em casos muito especiais, pelos antropólogos. Isso, escapa ao pré-historiador porque não há causalidade possível entre materiais incertos, entre objetos, senão somente entre situações de comportamentos de indivíduos e o meio sócio-cultural. Em outros termos, os métodos que se oferecem ao pré-historiador para comparar dados arqueológicos são do tipo estatístico e algébrico, que não geram análises causais, e conseqüentemente, genético. Eles, testados pelo autor e outros investigadores, não são ainda de uso corrente na Pré-história. Refiro-me brevemente às mesmas. Inicialmente se pode aplicar uma primeira aproximação, e comparar dois ou mais sítios, utilizando um índice de caráter numérico, aplicando a interseção de conjuntos de objetos, ou medindo as diferenças simétricas dos mesmos, etc. Podem se comparar as diferenças entre sítios, segundo o valor ordinal dos objetos, em relação a pares, ou mais, de atributos, aplicando por exemplo, algum dos índices das estatísticas não paramétricas. Podem se comparar as diferenças tipológicas entre um inúmero de sítios, com as curvas acumulativas, ou comparar atributos iguais entre varios sítios com o índice de correção linear, não linear ou múltiplo, associada às curvas de regressões correspondentes, etc. Dificilmente se pode passar de qualquer destes tipos de análises, ou todas em conjunto, que são sumamente delicados e às vezes, sofisticados a uma análise de caráter genético e estabelecer pautas de difusão. Que estas pautas existiram, não cabe a menor dúvida. Que provavelmente em certos setores foram importantes (por exemplo em todo o problema da metalurgia no Velho Mundo) também, mas esta convicção não pode ser objeto de um pensamento científico. Opõe-se a tudo isto um simples fato de caráter lógico, que é o estabelecimento das provas da hipótese, visto que a enumeração de instâncias que se efetua é mínima e todas da mesma ordem, conseqüentemente, todas as inferências em que se termina são não-demonstrativas. Seria interessante que alguém comparasse o valor lógico, os caminhos que se realizam a nível de demonstração das hipóteses e a solidez das inferências na História e Pré-história, simplesmente para ver o quanto estão distantes uma da outra. Um exemplo seria, partindo de um autor que pensa ser a História a menos estruturada das ciências do homem, a difusão da idéia

de Cruzada e sua permanência no Oriente, e comparar, por exemplo, com um problema absurdo, pelo que preocupa aos pré-historiadores desde a época de Bachoffen, da difusão do aparente rito da grande-mãe, da qual se pretende ver seus reflexos nas estatuetas mais grosseiras do neolítico até aquelas estruturas mais complexas escavadas por Mallaart, em Catal Huyuk. O problema, na Pré-História, e não me cabe a menor dúvida, se transformaria num grandiosíssimo ato de fé, pelo qual rogáramos ao Senhor que pelo menos por detrás dessas estatuetas estivesse alguma idéia da "Mãe de Deus"; o que quer dizer, em matéria de difusão de tecnologia ou economia.

No desejo de estabelecer linhas de difusão, e na preocupação de encontrar explicações históricas aos objetos arqueológicos, um grande número de investigadores se transformaram em verdadeiros virtuosos das correlações e longa distância (pensa-se na famosa questão das relações trans-pacíficas das culturas ameríndias) pelas quais se pretendia determinar hierarquias temporais e movimentos de população durante a Pré-História. Este tipo de explicação implica na aceitação e na acumulação de teorias e hipóteses, que se não são sempre gratuitas, são indemonstráveis e determinam a maioria das vezes círculos viciosos. Para mim é evidente que a constatação de semelhanças a nível de um elemento ou um número maior não é significativa.

Por cima de todos estes problemas, rapidamente recordados, existe uma grande quantidade de outros, aos quais, Leroi-Gourhan, lhes consagrou dos livros fundamentais que aparentemente ignoram, um grande número de pré-historiadores. Esses trabalhos toram provavelmente a tentativa mais sistemática para elucidar o problema da evolução técnica através da Etnologia, a História e a Pré-História. Em 1945, Leroi Gourhan, concluiu: "A questão capital dos historiadores, que é de saber se tal objeto foi emprestado ou inventado, pode resultar somente de alguns casos privilegiados, já que um idêntico mecanismo conduz o grupo étnico a uma ou outra solução". Constatação mais ou menos idêntica, realizava um investigador que sem obstáculo não estava nada indisposto ante o difusionismo como método, e isso a nível de processos globais observáveis e não de simples restos arqueológicos. E Nordenskiöld, na realidade não faz mais que constatar as dificuldades de intercâmbio de conhecimentos generalizados partindo do exterior ao grupo etnográfico, afirmando por outro lado, as profundas determinantes do meio.

III) E indubitável que o pré-historiador, por mais que não o explicita, utiliza os conceitos de "cultura" e "civilização" num sentido convencional, podendo inclusive ser formal, e que as mesmas não têm nada em comum com aquelas que empregam os historiadores, sociólogos, antropólogos. Inclusive algumas outras palavras utilizadas como paliativos, como ser "tradição", "horizonte", "fase", etc., não são bem encontradas, se não na denominação, pelo menos no uso e no conteúdo equívoco, que elas possuem. Não conheço até agora nenhum historiador que utilizasse como critérios de separação e identificação de uma cultura ou de uma época, os dados da cultura material, ainda que, é visível a tendência, se tem a considerar um elemento arquitetônico, como resultante de uma determinada civilização e cultura; quando isso é possível, porque em outros casos — e muitos — os meios materiais são comuns a uma grande diversidade de culturas e civilizações. Quando eu analisava, desde o ponto de vista lógico, o valor do "conceito" de cultura e de civilização na Pré-História, comparando inclusive o trabalho já clássico de Kroeber sobre este tema, para mim, foi surpreendente constatar que ali não existia nenhuma definição. Pelo uso aparente e inconsciente, parece que estamos diante de definição nominal, mas se bem existir a expressão específica — (o *definiendum*) não encontrei em nenhum caso o *definiens*. Mas insisto, a irremediavelmente fraca lógica generalizada dos pré-historiadores indica que efetivamente se pensa utilizar a palavra "cultura" especificamente, sinônimo — e alternativa — do conceito e o conteúdo ao qual nos acostumaram — mal — os antropólogos.

Analizando o procedimento do pré-historiador e esta tendência é sumamente frequente no Velho Mundo, aparece claramente que "cultura" e "civilização" são sinônimos; por outro lado não são mais que agrupamentos, conjuntos de objetos. É difícil aceitar tal restrição; por mais que alguns autores entendam que o conceito de cultura

é "vago" e conseqüentemente sua definição é aberta e própria a cada situação ao qual se submete esse conceito. A instabilidade deste se deve a que os materiais arqueológicos são resultados, e conseqüentemente somente podem representar uma "cultura" — que sejam testemunhas — quando seja conhecida sua gênese ideológica e sua inserção num conjunto de termos que os expliquem e os definam em seu "modo de existência". Mas o modo de existência dos objetos é muito diverso para o arqueólogo, e, relação aqueles que tinham para a comunidade que as produz, e portanto, se eles testemunham uma atividade humana passada, seu valor é exclusivo aquele que lhe dá o arqueólogo. Teria assim uma dupla confusão entre o conteúdo da cultura, e uma parte dela (ainda uma pequena porção da cultura material) com a representação da mesma. Esta representação, entendemos não ser sob nenhum ponto de vista ideológico, mas unicamente metodológica. De fato a "cultura material" do arqueólogo e em especial do pré-historiador está limitada aos achados de um sítio, mas ultimamente concebida e pensada a partir de um ponto de vista exclusivamente estatístico.

Consciente ou inconscientemente esta representação possui três partes bem evidentes:

- 1.º) Uma lista de objetos;
- 2.º) Uma lista de atributos desses objetos;
- 3.º) Uma lista dupla de frequências de objetos e de atributos.

Como vai variar isto? Normalmente e em relação diretamente a dois aspectos. Em primeiro lugar a extensão do sítio escavado, em superfície e em profundidade. Em segundo lugar, à determinação realizada pelo investigador dos atributos métricos e ordinais, e/ou tipológicos. O fato que o próprio investigador está em condições de decidir, aprioristicamente que não existe nenhum parâmetro constante e objetivo para determinar se esses atributos ou uma parte deles serão contínuos ou discretos, que podem ser retidos de um a n atributos, a critério do investigador, faz ver bem claramente que a "cultura" para o pré-historiador existe, unicamente como categoria construída estatisticamente. É evidente que sem este formalismo não existe cultura, por mais que ela esteja representada, do mesmo modo que para o sistematizador, não há à priori conceito de família, gênero e espécie, se não constrói uma taxonomia. Nossa cultura, em consequência está determinada exclusivamente por razões lógicas e não históricas, e ainda só por uma lógica: aquelas relevantes dos sistemas de classificação. Assim sendo, as culturas pré-históricas são classificáveis (?) Como nós fazemos referências quase exclusivamente a duas categorias para um processo de hierarquização, funcionalidade e tecnologia, introduzimos conceitos limites de inferior e superior. Posso falar de uma técnica superior e inferior, e de uma função mais ou menos adequada. Dificilmente o historiador pode chegar cientificamente a um discurso deste gênero, por mais que adira a filosofias duvidosas tipo Gobineau, Spengler, Frobenius, etc., porque as culturais históricas não são classificáveis.

Mas, ainda de todas estas coisas, essa "cultura" para o pré-historiador, tem uma característica, forte de consequências: é uma amostra. Situações extremas, mas freqüentes, darão a pauta do significado deste. Muitos sítios não são mais que oficinas de lascamento. Alií, o aspecto da tecnologia é muito preciso. Lascas de descortamento, ou lascamentos primários para obter um plano de percussão, lascas resultantes dos testes efetuados para escolher as melhores rochas: objetos inacabados ou defeituosos, às vezes úteis, esquecidos. Por outro lado, os úteis, aqueles que esses grupos humanos levaram consigo. Os contextos são muitos distintos, e muitas vezes difíceis de correlacionar uns com os outros. Permanece somente o valor das amostras: é possível, com efeito, pensar que dentro de todos os restos inúteis da oficina, se encontrará uma amostra dos úteis que se acabaram, ou pelo menos uma amostra da tendência enquanto que alií, no acampamento ou na zona habitacional, com os úteis se encontrará uma amostra, ou pelo menos uma tendência, da técnica utilizada para manufaturas. Conseqüentemente um ou outro achado será ou não incluído dentro de um único conceito cultural-técnico, em relação as duas amostras de materiais. Nós construímos

pois, esse conceito de cultura, com base na representatividade e o tamanho da amostra. O conceito de cultura dependeria pois da lei dos grandes números. Dificilmente um historiador, antropólogo ou sociólogo aceitaria tal afirmação extrema, mas para o pré-historiador, tal afirmativa muito, é, válida. Depois de tudo isso, englobar novos elementos no processo de constituição de "áreas culturais" pré-históricas depende exclusivamente de certas categorias estatísticas mais precisamente os testes de validade de hipóteses; e ainda mais, internamente a essas áreas se dirá que os fenômenos são ou não homogêneos não aprioristicamente e subjetivamente, senão utilizando uma série de técnicas, fazendo referências ainda uma vez mais a análises numéricas (ou não) tipo correlação linear, múltiplo, índices de variações etc. A "cultura" em pré-história, está decididamente constituída pelo método.

IV) O ponto anterior, é uma introdução ao problema do conceito de "Mudança Cultural" na Pré-história. Trata-se de análises de objetos, o qual, a cada um se lhe outorga, arbitrariamente o "valor" de acontecimento. Permanece por ver que modelo lhe convém em matéria de "mudança" e de desenvolvimento sequencial. Concretamente, para o arqueólogo o problema está definido muito simplesmente. Se se tem uma reta — disposição unidimensional — tem que classificar os objetos, de um a n, e portanto, cada um se encontra numa categoria, considerando que essa categoria representa um momento cronológico preciso decrescente ou crescente. Ainda de todos os problemas traçados nos pontos anteriores sobre a análise sequencial na arqueologia, o problema se reduz a estabelecer uma série, através de análise multivariacional. O conceito de "mudança", em consequência, está definido exclusivamente pela matriz de similitude e, portanto, na seleção de uma função de similaridade adequada aos objetos. Em geral os conjuntos "mudam" em relação às distâncias com respeito a essa variável.

"A mudança cultural" de tal modo é uma variável do tipo de "ordens" que se escolhe para classificar e seriar os objetos cronologicamente. Pessoalmente creio que na Pré-história dois técnicos dão os melhores e os mais claros resultados em matéria de análise de "mudança cultural" (respectivamente cronológico): a matriz da incidência — das quais já deram exemplos Robinson, Hodson e Kendall — e as matrizes de "abundância", matrizes de dados presentes e ausentes, utilizando como critério de seriação cronológica um "princípio" que Kendall chamou de "concentração". Não duvido ainda, que as cadeias de Markov representem um excelente modelo de "mudança cultural", visto que esse problema se reduz para nós:

- 1.º) Estudar o estado do sistema S (conjunto de objetos que constituem o horizonte tecnológico de um sítio O num nível N);
- 2.º) Calcular a probabilidade de que esse sistema em SO passe a S1;
- 3.º) Como está ausente toda relação causal entre a origem e o produto (indivíduo/objeto), penso que é irreversível considerar que os momentos do sistema são independentes uns de outros.

Mas tudo isso é muito pobre. Que historiador estará disposto a subscrever ou assumir tais posições? Sobretudo, porque o tipo de documentação, o tipo de acontecimento que analisa o historiador não necessitam dos malabarismos citados para seu estudo. É certo que o historiador se abre à análise quantitativa, mas isso por necessidade de síntese e porque deve às vezes emitir um juízo de valor como ser, qual é o porto mais importante no comércio europeu no século XVI? Evidentemente, uma estatística é a única possibilidade para responder a tais questões. Mas duvido que ele trace o problema de saber o que significa comércio, ou evolução comercial, ou mudança de correntes ou produtos comerciais. E nós ainda estamos na Pré-História, com tais perguntas, muito preocupantes por certo.

- V) Parece-me que todos os quatro temas anteriormente abordados convergem a

este último, que diz respeito ao valor das explicações na Pré-história, que ele de fato representa uma síntese de tudo que foi dito.

O conceito de explicação, longe de ser algo definido unívoco, é sumamente vago. A que tipo de explicação poderíamos nos referir? Evidentemente não aquela vagamente chamada "histórica". A causa de uma mudança tecnológica, se bem pode dever-se a influências de um grupo sobre outro, também se deve a que o grupo que tomou a técnica teve necessidade de integrar essa nova, ou trocar uma que teriam por outra. Além disso, dificilmente, se pode supor que essa técnica se introduz sem modificações, consequentemente estas podem se considerar causa da "nova" técnica, etc. Como investigar estes níveis? E quando se tratam de fenômenos não exclusivamente tecnológicos/utilitários?

Penso que o pré-historiador somente pode emitir hipóteses (e não dar explicações) de correlação entre fenômenos observáveis, e obter dentro de um esquema preciso os valores para essas correlações, pressupondo que os valores mais altos estão indicando uma relação mais privilegiada que, evidentemente, aquelas entre valores mais fracos. Pode-se emitir uma hipótese de caráter probabilística. Por exemplo, dentro do conjunto tecnológico chamado "aurinhaciense", existe um componente alto do conjunto tecnológico conhecido como "musteriense", podendo-se exagerar a hipótese no sentido de previsibilidade: a menos que outros dados não lhe restem força num determinado estado das investigações, a frequência de elementos decididamente "musterienses" dentro do "aurinhaciense" estão em relação direta com a probabilidade que este último procede do outro. Em outros termos, aqui não se explica uma coisa por outra, simplesmente se apresenta este esquema, como elemento "explicativo" máximo:

Seja A um conjunto tecnológico e B,C,D,E, quatro outros com os componentes respectivos b1, b2, b3, c1, c2, c3, d1, d2, d3, e1, e2, e3, segundo as frequências dos mesmos dentro de A, esta tenderá as probabilidades P1, P2, P3 para que proceda de um dos conjuntos B, C, D, E; e 100% de probabilidade para que proceda de algum dos mesmos, ou da totalidade. Evidentemente esta "explicação" satisfaz pouco a curiosidade do investigador; ainda que seja o pensamento científico em Pré-história.

BIBLIOGRAFIA

1. GIANCOTTI, V. — Comentario del libro de Juan Schobinger "Pré-história de Suramérica". Etnia. Museu Etnografico Dámaso Arce, Olaverri BS — AS, N.º 12 — 1970.
2. Despre constituirea ungi adevãrate stinte a prehistorie. Revista Muzelor, VII, 3, Bucarest — 1970.
3. Críticas a certas posições nos dois artigos seguintes: Siberia e il popolamento dell'America. Terra Ameriga. Vol. III N.º 20 — 28. Genova 1972.
4. Observations sur quelques aspects de la culture de cridu Neolithique ancien de la Roumanie. Tome 67, Bulletin de la Societé Prehistorique Française. Etudes et Travaux Fasc. 1. Paris — 1970
5. Recheches Sur le Néolithique Ancien de la Roumanie dans le cadre du Sud est européen. Tesis, Sorbonne Paris 1971. Tomo I. Cap. 1, pag. 7 — 32. Tomo III, Cap. 18, 19, 20; pag. 902 - 985.
6. Metodologia y Epistemologia de las Ciencias Prehistóricas. Univ. de la República — Faculdade de Humanidades y Ciências. Departamento de Antropologia — Montevideo 1975.